

Camargo, José Márcio

Working Paper

Produtividade e preços relativos: O mercado de trabalho no período pós estabilização

Texto para discussão, No. 386

Provided in Cooperation with:

Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Suggested Citation: Camargo, José Márcio (1998) : Produtividade e preços relativos: O mercado de trabalho no período pós estabilização, Texto para discussão, No. 386, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Departamento de Economia, Rio de Janeiro

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/186630>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PUC-RIO

TEXTO PARA DISCUSSÃO
Nº. 386

PRODUTIVIDADE E PREÇOS RELATIVOS
O MERCADO DE TRABALHO NO PERÍODO PÓS ESTABILIZAÇÃO

JOSÉ MÁRCIO CAMARGO

SETEMBRO 1998

Produtividade e Preços Relativos

O mercado de trabalho no período pós estabilização

José Márcio Camargo¹

1. Introdução

A década de noventa tem se caracterizado no Brasil, por um intenso processo de mudanças estruturais. Do ponto de vista macroeconômico, a abertura da economia à concorrência internacional e a estabilização dos preços teve efeitos importantes sobre o ritmo e a estrutura do crescimento do país. Estas mudanças, como não poderia deixar de ocorrer, tiveram um reflexo direto sobre o desempenho do mercado de trabalho. Redução do emprego industrial, aumento da proporção de trabalhadores informais, combinado a aumento do rendimento real dos trabalhadores e do emprego nos setores comércio e serviços, são alguns destes reflexos.

Entretanto, o aumento do nível de emprego nos setores comércio e serviços que, no início do processo de estabilização compensou a queda do emprego industrial, começa a mostrar sinais de arrefecimento. Como resultado, as taxas de desemprego aberto têm apresentado uma tendência ao crescimento, principalmente a partir de 1997.

Esta evolução do mercado de trabalho após a estabilização sugere um quadro preocupante para o futuro, com mudança na estrutura da demanda por qualificação da mão de obra, inadequação da demanda à oferta de qualificação e aumento da taxa de desemprego de longo prazo.

O objetivo deste artigo é analisar o desempenho do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período pós-estabilização. Analisamos a evolução do nível e da estrutura do emprego, dos rendimentos reais e da produtividade do trabalho nos setores indústria, comércio e serviços e da taxa de desemprego. Com base nos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, mostramos que o desempenho do mercado de trabalho metropolitano brasileiro somente pode ser “racionalizado” a partir da hipótese de que ganhos significativos de produtividade estão ocorrendo no setor industrial e no setor serviços da economia. Utilizando os dados da Lei 4923, mostramos evidências de que estes ganhos de produtividade realmente ocorreram no período pós-estabilização.

Outro aspecto importante a ser destacado se refere à adequação da estrutura de qualificação da oferta de mão de obra à nova estrutura de demanda originada pelas novas condições tecnológicas e gerenciais na indústria. Nossos fatos estilizados sugerem que a nova estrutura da demanda por qualificação é incompatível com a estrutura da oferta de qualificação da mão de obra industrial. Como resultado, temos um deslocamento da curva de oferta de trabalho deste

¹ Prof. do Departamento de Economia da PUC-Rio. Este artigo foi originalmente publicado nos documentos de trabalho do CIET-SENAI. O autor agradece o apoio financeiro do SENAI para a realização deste trabalho, assim como os comentários e discussões com os membros desta instituição que foram de grande importância para corrigir erros e omissões. As idéias aqui expostas, assim como os erros que por ventura persistem, são de inteira responsabilidade do autor.

setor, no sentido de que os trabalhadores que perdem emprego no setor industrial não mais se qualificam como empregáveis neste setor, se deslocando para os outros setores da economia. A incapacidade destes outros setores de absorver esta nova oferta de trabalho tende a gerar aumento da taxa de desemprego estrutural, de longo prazo.

Dado a tendência ao aumento da taxa de desemprego aberto de longo prazo, estudamos duas experiências internacionais de flexibilização do mercado de trabalho, Inglaterra e Espanha, e avaliamos seus resultados sobre a taxa de desemprego aberto nestes países. Mostramos que a flexibilização inglesa, que tem por base um aumento do espaço de negociação entre empresas e sindicatos, tende a ser mais efetiva no sentido de reduzir a taxa de desemprego no longo prazo, que a flexibilização espanhola, que tem como ponto de apoio discriminar diferentes tipos de trabalhadores no mercado de trabalho através da criação de diferentes tipos de contratos.

O artigo está dividido em 6 seções. Na próxima seção apresentamos os fatos estilizados do comportamento do mercado de trabalho brasileiro metropolitano no período pós-estabilização econômica. Na seção seguinte, “racionalizamos” este comportamento com base em um modelo simples de oferta e procura por trabalho. Na seção 4 mostramos a evolução da produtividade marginal do trabalho no setor industrial e no setor serviços, tomando como proxy para produtividade marginal o salário de contratação, obtido da Lei 4923 do Ministério do Trabalho deflacionado pelo índice de preços do setor específico. Na seção 5 estudamos as experiências da Inglaterra e da Espanha com mudanças em suas respectivas legislações trabalhistas, que resultaram em flexibilização do mercado de trabalho nestes países e avaliamos seus resultados sobre a taxa de desemprego aberto. Finalmente, na seção 6 apresentamos algumas conclusões.

2. Os Fatos Estilizados

O desempenho do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período pós-estabilização pode ser caracterizado por um conjunto de fatos estilizados referentes às variáveis emprego, rendimento real e custo real do trabalho para os três setores de atividade econômica, indústria, comércio e serviços, e pelas taxas de desemprego aberto e de participação. Estes fatos estilizados serão descritos nesta seção.

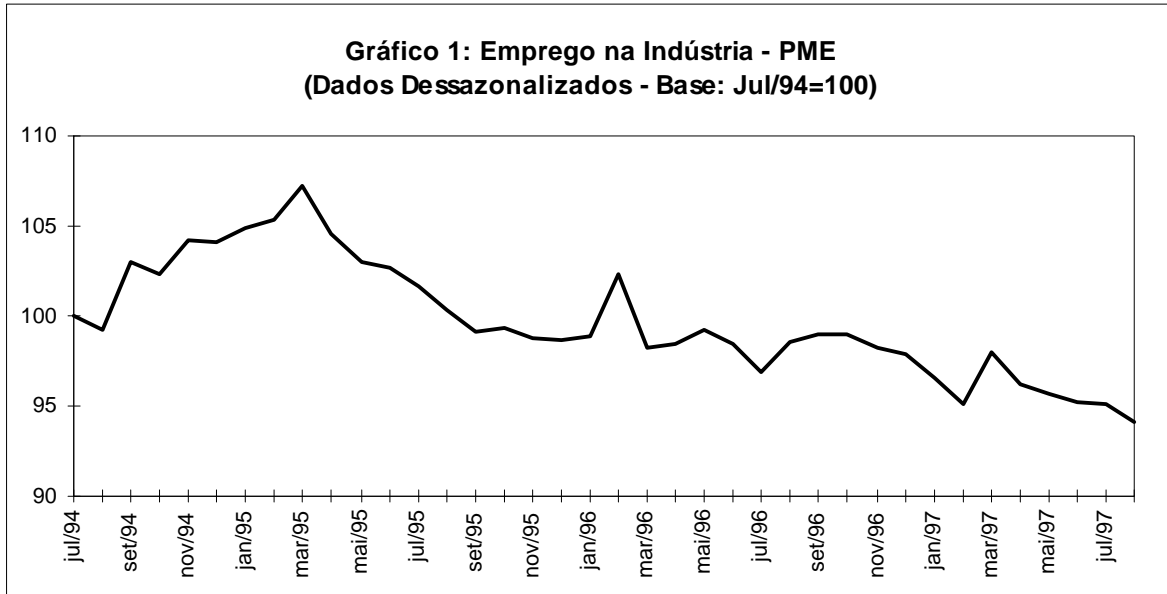
2.1. Emprego e Desemprego

A evolução do nível de emprego nas regiões metropolitanas do país² em cada um dos três principais setores de atividade econômica no período julho de 1994 a agosto de 1997 pode ser observada nos gráficos 1, 2 e 3. Os dados são da PME/IBGE. Tomemos cada setor individualmente.

No setor industrial, a evolução do emprego apresenta duas fases totalmente distintas (gráfico 1). Nos primeiros meses após a estabilização, entre

². Os dados referem-se às regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

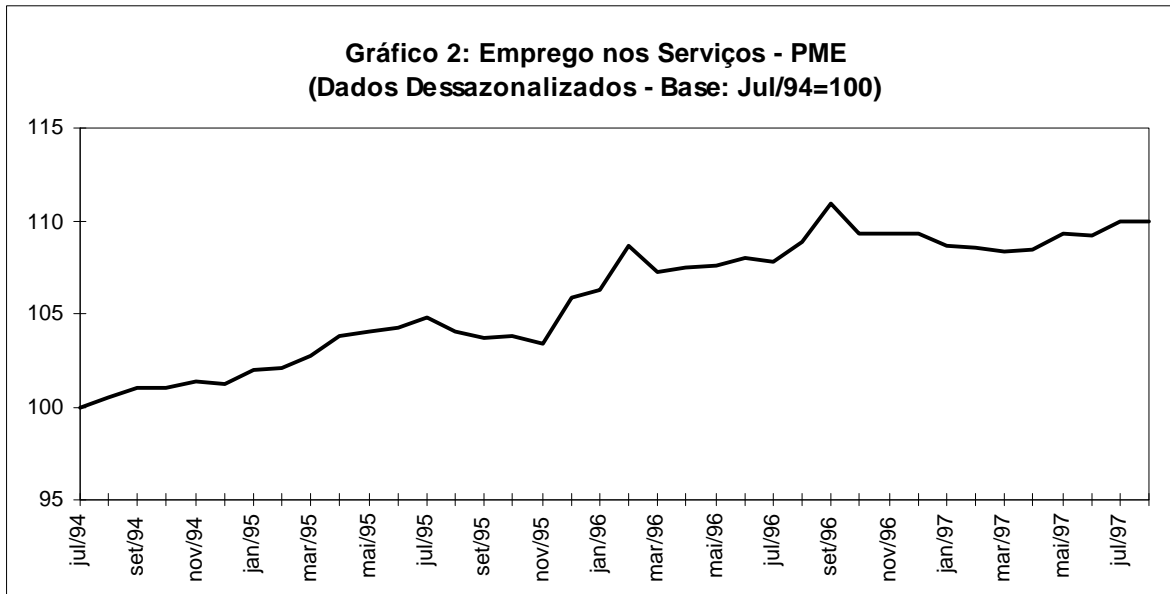
julho de 1994 e março de 1995, ocorreu um expressivo aumento do nível de emprego industrial. Este aumento se deveu ao rápido crescimento do produto na indústria, um resultado do forte choque positivo de demanda decorrente da estabilização da economia.



A segunda fase tem início em abril de 1995, e mostra uma persistente redução do nível de emprego no setor industrial das regiões metropolitanas brasileiras. A partir deste mês, o nível de emprego na indústria cai sistematicamente, primeiro de forma abrupta, até o final de 1995, e depois a uma taxa relativamente mais lenta. A queda inicial do nível de emprego industrial foi o reflexo sobre o mercado de trabalho das medidas de redução do crescimento econômico tomadas para fazer frente à crise do México.

Porém, mesmo com a retomada do crescimento da economia em 1996, o emprego industrial continuou a cair, ainda que a uma taxa menor o que, como veremos, é o resultado de significativos ganhos de produtividade do trabalho neste setor. Em agosto de 1997, a perda de emprego na indústria das regiões metropolitanas brasileiras era de 5 pontos de porcentagem, se comparado a julho de 1994 e de 12 pontos de porcentagem se comparada a abril de 1995.

Ao contrário da indústria, o setor serviços foi um gerador líquido de empregos pelo menos até dezembro de 1996 (gráfico 2). Desde o início do processo de estabilização, em julho de 1994 até este mês, o emprego no setor serviços cresceu 10 pontos de porcentagem. A partir daí observa-se uma clara tendência à estagnação do emprego no setor. Até agosto de 1997, o nível de emprego neste setor permaneceu basicamente constante.



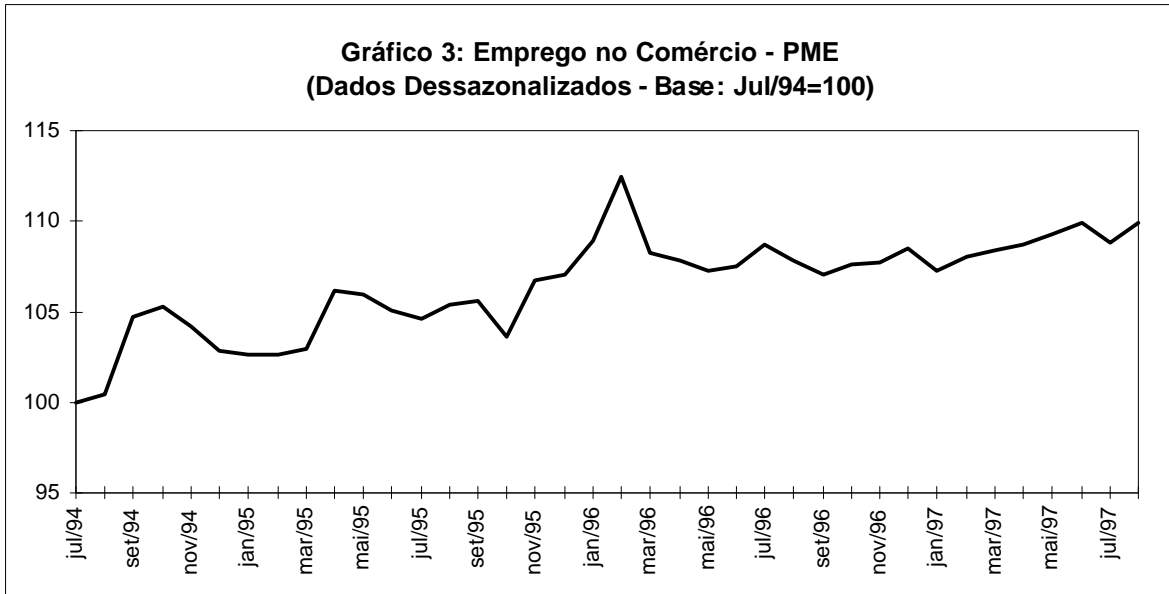
Dividindo o setor serviços em sub-setores, pode-se observar pela tabela 1 que todos apresentaram tendência ao crescimento até 1996, sendo que os serviços distributivos e produtivos tiveram sua participação levemente aumentada no total e os serviços pessoais tiveram reduzida sua participação. Ou seja, não existe, pelo menos a este nível de desagregação, indícios de que o aumento do emprego no setor serviços seja o resultado de uma “inchação” do sub-setor de serviços pessoais, que tem menor produtividade e gera empregos relativamente mais precários que os outros sub-setores do setor serviços. Na verdade, os dados sugerem que os sub-setores considerados de elevada produtividade, como os serviços de comunicação e os serviços produtivos são exatamente os que têm aumentado sua participação no total do emprego do setor serviços.

Tabela 1
Emprego no Setor Serviços

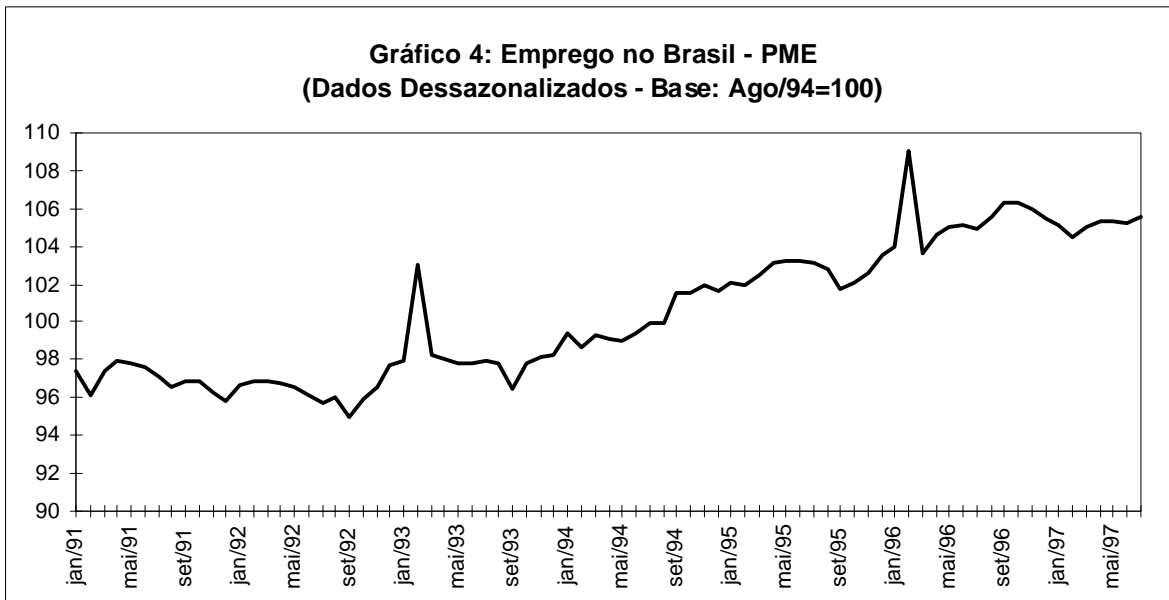
	serv. comun.	serv. distribut.	serv. pessoais	serv. produtivos	serv. sociais
1989	100	100	100	100	100
1990	93,2	104,5	105,9	100,2	104,2
1991	90,6	102,8	110,5	102,2	103,2
1992	90,5	96,1	102,3	94,6	97,8
1993	88,4	93,0	102,8	97,3	99,8
1994	90,7	97,8	107,3	99,0	102,7
1995	94,9	101,8	111,2	102,5	106,2
1996	95,3	104,9	110,9	107,4	108,1

Fonte: PME/IBGE. Publicado em E. Amadeo e M. Neri, Houve Precarização do Setor Serviços? Qualidade dos trabalhadores e dos empregos entre 1989 e 1996, pag. 12, mimeo, 1997.

Finalmente, o comércio apresenta um persistente aumento do nível de emprego desde julho de 1994. Este aumento é mais pronunciado até o final de 1995, mas persiste até agosto de 1997 (gráfico 3). Entre julho de 1994 e agosto de 1997 o nível de emprego no setor comércio aumentou 10 pontos de porcentagem.



Agregando a evolução do emprego nos três setores analisados, o nível geral de emprego apresenta um constante crescimento entre o início do período de estabilização, em julho de 1994 e meados do primeiro semestre de 1996, mais especificamente, maio de 1996 (gráfico 4). A partir deste mes, o nível agregado de emprego tende a estabilizar 6 pontos de porcentagem acima do de julho de 1994.

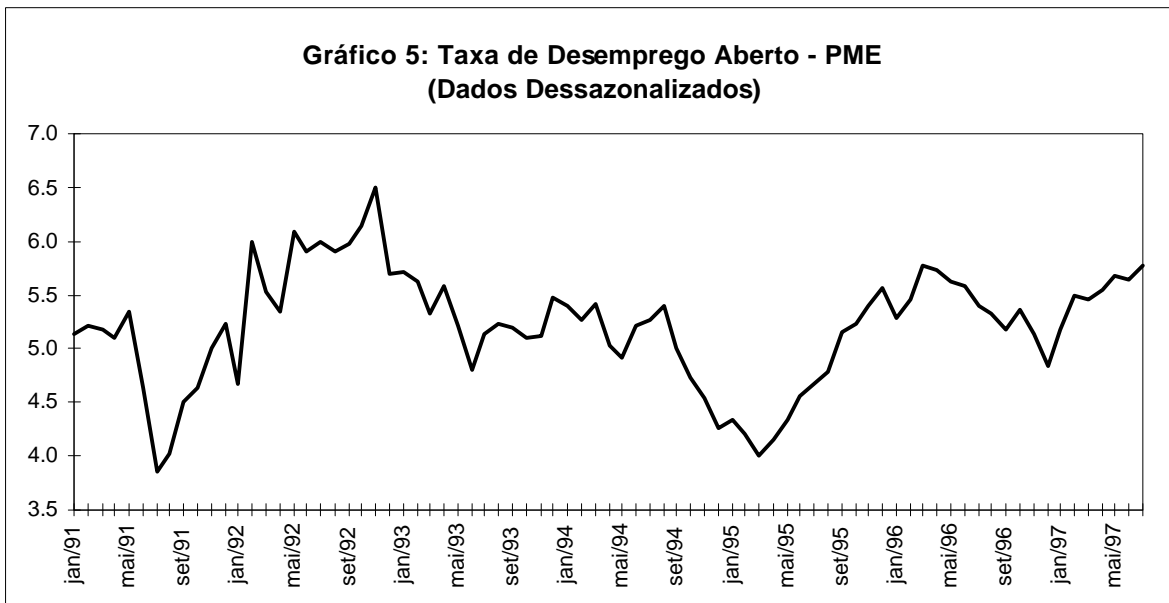


Portanto, no que se refere à variável emprego, os fatos estilizados mais importantes são:

- redução do emprego industrial;
- aumento do emprego no setor serviços até dezembro de 1996 e estabilidade desde então;
- aumento do emprego no setor comércio até agosto de 1997;
- aumento do nível geral de emprego até meados de 1996 e estabilidade desde então.

2.2. Taxa de Desemprego Aberto

A segunda variável importante a ser analisada é a taxa de desemprego aberto. Seu movimento apresenta dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, pode-se observar que ela apresenta o mesmo movimento cíclico do emprego industrial nos primeiros meses do período, com redução da taxa de desemprego aberto no segundo semestre de 1994 e aumento desta taxa a partir de março de 1995, até o início de 1996. A partir daí, a taxa de desemprego aberto cai, apesar da persistência da queda do emprego industrial, até o final de 1996, quando então começa a se elevar novamente (gráfico 5).



Em outras palavras, o crescimento do emprego nos setores comércio e serviços ao longo de 1996 é mais que suficiente para compensar a queda do emprego industrial neste período. Porém, com a estabilização do emprego no setor serviços a partir do final deste ano, o aumento do emprego no comércio não tem sido suficiente para compensar a continuada queda do emprego industrial, o que faz com que a taxa de desemprego aberto mostre uma clara tendência ao crescimento ao longo de 1997.

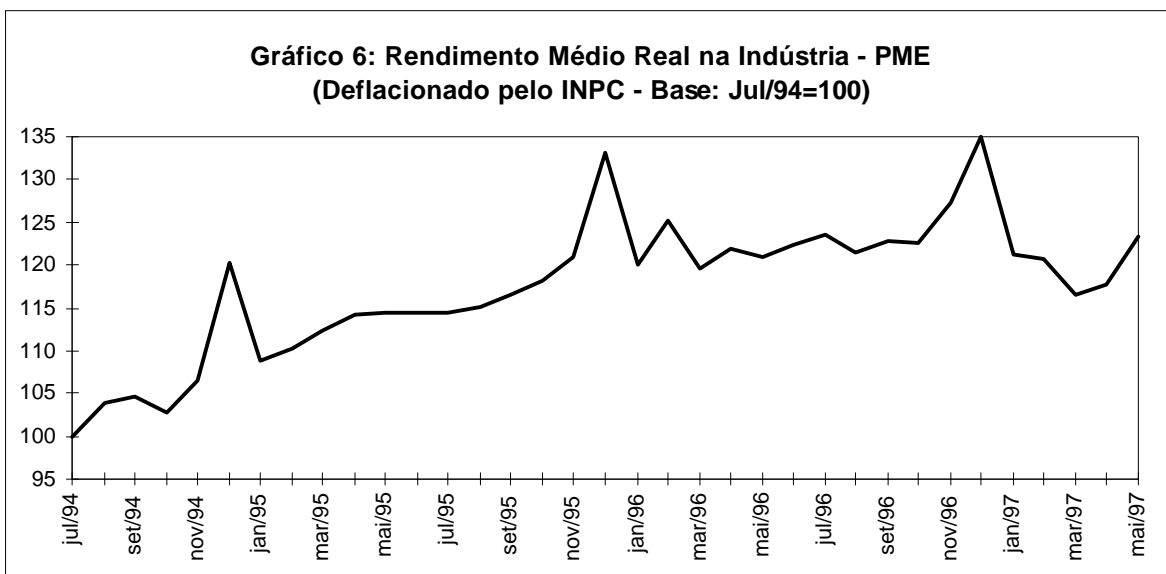
Por outro lado, desde 1996, a tendência da taxa de desemprego aberto é

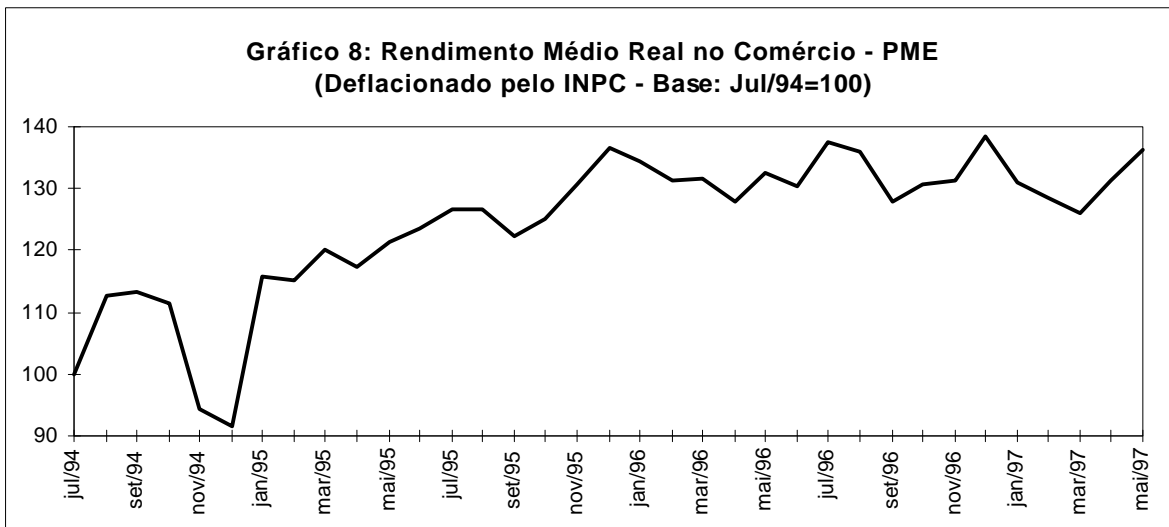
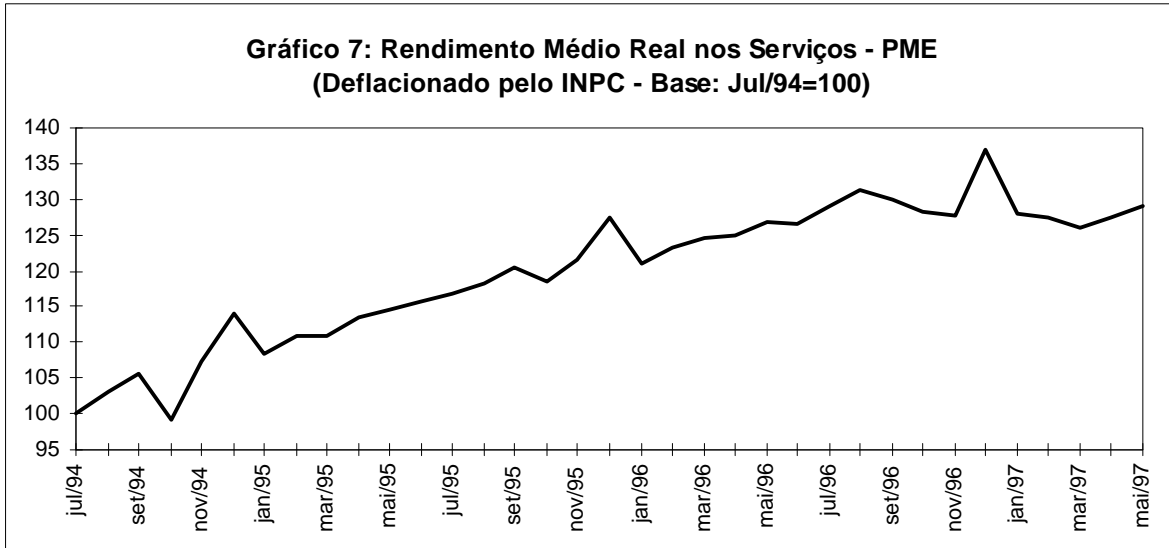
crecente. Ou seja, os ciclos têm ocorrido em torno de níveis sistematicamente mais elevados a cada período. Esta evolução sugere um aumento da taxa de desemprego aberto estrutural na economia brasileira. Portanto, se no curto prazo não se pode falar de aumento sistemático da taxa de desemprego aberto, em uma perspectiva de longo prazo existe uma tendência ao crescimento do desemprego no país.

2.3. Rendimentos Médios Reais e Custo do Trabalho

O terceiro conjunto de fatos estilizados sobre o mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período pós-estabilização é a evolução dos rendimentos médios reais dos trabalhadores e do custo real do trabalho nos três setores de atividade econômica.

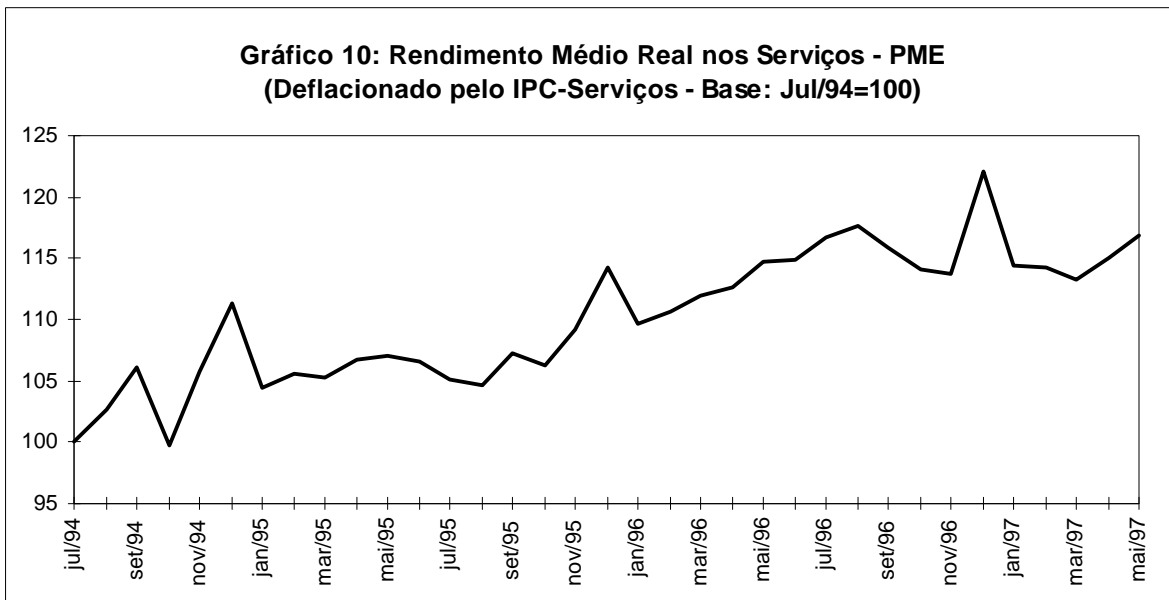
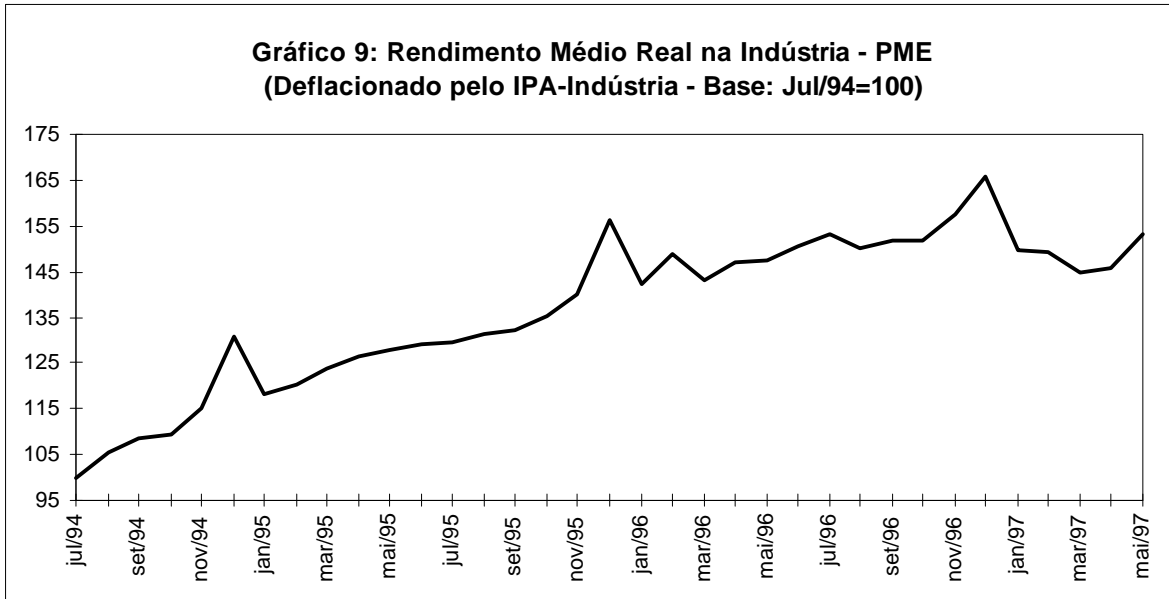
Nos setores indústria (gráfico 6) e comércio (gráfico 8), o rendimento médio real (rendimento médio deflacionado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor) cresce até o final de 1995, estabilizando desde então até maio de 1997. No setor serviços, o aumento do rendimento médio real persiste até o final de 1996 (gráfico 7). O aumento do rendimento médio real no setor industrial foi de 20%, enquanto nos setores comércio e serviços chegou a atingir 30%.





Portanto, o fato estilizado importante a ser destacado é o forte crescimento do rendimento médio real em todos os setores de atividade econômica logo após a estabilização da economia, independentemente da evolução do nível de emprego, com o crescimento dos rendimentos reais do setor serviços mostrando mais persistência que nos outros dois setores de atividade.

Passemos à análise da evolução do custo real da mão de obra. O custo real da mão de obra do setor industrial, (rendimento médio deflacionado pelo Índice de Preços por Atacado da indústria - IPA/indústria - gráfico 9) e do setor serviços (rendimento médio deflacionado pelo Índice de Preços dos Serviços - gráfico 10) aumentam até dezembro de 1996. A partir desta data, o custo real da mão de obra da indústria mostra uma tendência à queda, enquanto o custo da mão de obra do setor serviços estabiliza.



Entretanto, o aumento do custo da mão de obra no setor industrial é bem maior que no setor serviços. No primeiro setor, o crescimento deste indicador foi de 55%, enquanto no setor serviços foi de 15%, entre o início do processo de estabilização e maio de 1997. Esta diferença pode estar refletindo dois fatos não excludentes entre si:

primeiro, a mudança de preços relativos ocorrida após a estabilização da economia brasileira;

segundo, ganhos de produtividade mais elevados no setor industrial que no setor serviços.

Portanto, o terceiro fato estilizado a ser destacado é o aumento do custo médio da mão de obra tanto no setor industrial quanto no setor serviços.

Em resumo, os fatos estilizados do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período pós-estabilização são:

- queda do emprego industrial e aumento do emprego nos setores comércio e serviços;
- movimento cíclico da taxa de desemprego aberto no início do período pós estabilização, seguindo a evolução do emprego industrial;
- tendência a um aumento da taxa de desemprego aberto, excluídos os movimentos cíclicos, a partir de 1997;
- crescimento do rendimento médio real em todos os setores de atividade econômica;
- aumento do custo médio do trabalho na indústria, até 1996 e queda a partir deste ano, e aumento desta variável no setor serviços.

3. Fatos Estilizados - uma tentativa de racionalização

Uma vez descritos os fatos estilizados do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período pós estabilização, podemos agora tentar “racionalizar” estes fatos.

“Racionalizar” os fatos estilizados significa conseguir explicá-los a partir de um modelo consistente de funcionamento do mercado de trabalho. O modelo a ser utilizado neste artigo é o modelo simples de oferta e demanda por trabalho. Neste modelo, a hipótese subjacente básica é de que a curva de demanda é formada a partir da maximização de lucros por parte da empresa, o que significa que, no longo prazo, ela somente contrata um novo trabalhador se o valor da produtividade deste trabalhador for igual ao custo de contratá-lo.

Do lado da oferta de trabalho, a hipótese tradicional é a de otimização da alocação do tempo do trabalhador entre as diferentes alternativas disponíveis, o que dá origem a uma curva de oferta positivamente inclinada. As figuras 1 e 2 abaixo mostram as direções dos deslocamentos das curvas de oferta e procura de trabalho nos setores industrial e serviços no período analisado que podem gerar os fatos estilizados descritos na seção anterior.

Tomemos inicialmente o caso do setor industrial. Como vimos, os dois fatos estilizados importantes neste setor foram o crescimento dos rendimentos reais, o aumento do custo real do trabalho e a redução do nível de emprego. Este comportamento somente pode ser obtido através de um modelo de oferta e demanda por trabalho se:

- a. a curva de oferta de trabalho tiver se deslocado para a esquerda, enquanto a curva de demanda por trabalho permaneceu estável. Na figura abaixo, estes movimentos são representados pelo deslocamento da curva de oferta de trabalho de S_0S_0 para S_1S_1 . A partir do ponto a, o mercado de trabalho industrial caminharia para o ponto d, na figura.

Ou

- b. a curva de demanda por trabalho tiver se deslocado para a

direita, de D_0D_0 para D_1D_1 ao mesmo tempo em que a curva de oferta de trabalho se deslocava para a esquerda mais que proporcionalmente. Ponto c, na figura.

Ou,

- c. que a curva de demanda por trabalho tenha se deslocado para a esquerda, de D_0D_0 para D_1D_1 , simultaneamente a um deslocamento mais que proporcional da curva de oferta de trabalho para cima, de S_0S_0 para S_1S_1 .

Em todos os três casos, para que os fatos estilizados descritos no mercado de trabalho do setor industrial possam ser explicados a partir de um modelo de oferta e procura por trabalho, é indispensável que a curva de oferta de trabalho tenha se deslocado para a esquerda. Ou seja, que a oferta de trabalho no setor industrial a cada nível de salário real, tenha se reduzido.

Tomemos agora o setor serviços. Como descrito na seção anterior, os fatos estilizados a serem explicados são um aumento do nível de emprego, dos rendimentos reais e do custo real da mão de obra. A figura 2 mostra os deslocamentos necessários das curvas de oferta e procura para que estes fatos possam ser “racionalizados” a partir de um modelo de oferta e procura por trabalho. Esta figura mostra as seguintes possibilidades:

- a. um deslocamento para a direita da curva de demanda por trabalho, de D_0D_0 para D_1D_1 com a curva de oferta permanecendo estável. Ponto h na figura 2;

Ou,

- b. um deslocamento da curva de demanda de D_0D_0 para D_1D_1 e da curva de oferta de trabalho para a direita, de S_0S_0 para S_1S_1 , simultaneamente, desde que a curva de demanda se desloque mais que proporcionalmente que a curva de oferta de trabalho. Tomando como ponto de partida o ponto e, o mercado de trabalho estaria se deslocando para o ponto g na figura 2;

Ou,

- c. que a curva de demanda por trabalho tenha se deslocado para a direita simultaneamente a um deslocamento menos que proporcional da curva de oferta de trabalho neste setor para a esquerda.

Portanto, no setor serviços, o aspecto importante a ser destacado é que, para que os fatos estilizados descritos possam ser explicados com base em um modelo de oferta e procura por trabalho, é necessário um deslocamento da curva de demanda por trabalho para a direita, ou seja, que o valor da produtividade marginal do trabalho tenha aumentado ao longo deste período.

Dadas estas possibilidades, quais seriam as combinações que poderiam ter gerado os fatos estilizados nos dois setores simultaneamente? A primeira

possibilidade é que a curva de oferta de trabalho no setor industrial tenha se deslocado para a esquerda (de S_0S_0 para S_1S_1) e a do setor serviços tenha permanecido estável (em S_0S_0). Ao mesmo tempo, a curva de demanda por trabalho no setor serviços se deslocava para a direita (de D_0D_0 , na figura 2) e da demanda por trabalho no setor industrial tenha permanecido estável (em D_0D_0 , na figura 1). A combinação (a,a).

Para que esta combinação seja capaz de “racionalizar” o comportamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período pós-estabilização, deveríamos ter uma redução da taxa de participação da População em Idade de Trabalhar na População Economicamente Ativa, pois a oferta de trabalho no setor industrial teria se deslocado para a esquerda e a oferta de trabalho no setor serviços teria permanecido estável.

A tabela 2 mostra a evolução da taxa de participação da força de trabalho no Brasil metropolitano entre 1991 e 1996. Como pode ser observado, não existe qualquer tendência a uma redução desta taxa no período 1994/1997. Ao contrário, se alguma tendência ocorreu, foi no sentido de aumento da taxa de participação.

Tabela 2
Taxa de Participação da Força de Trabalho
1991/1996

ano	taxa de participação
média de 1991	60,87
média de 1992	59,51
média de 1993	58,74
média de 1994	59,26
média de 1995	59,27
média de 1996	59,56

Fonte:PME/IBGE

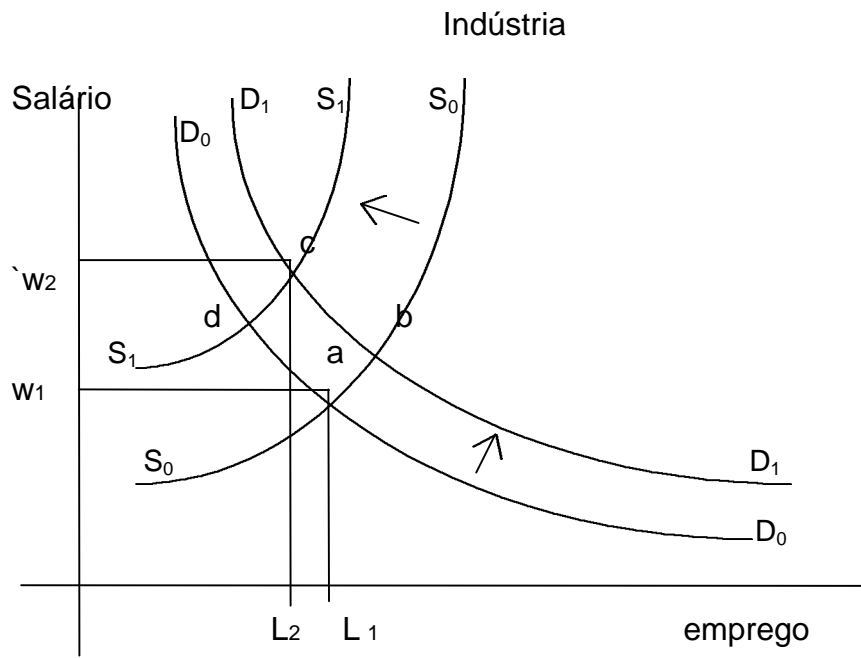


figura 1

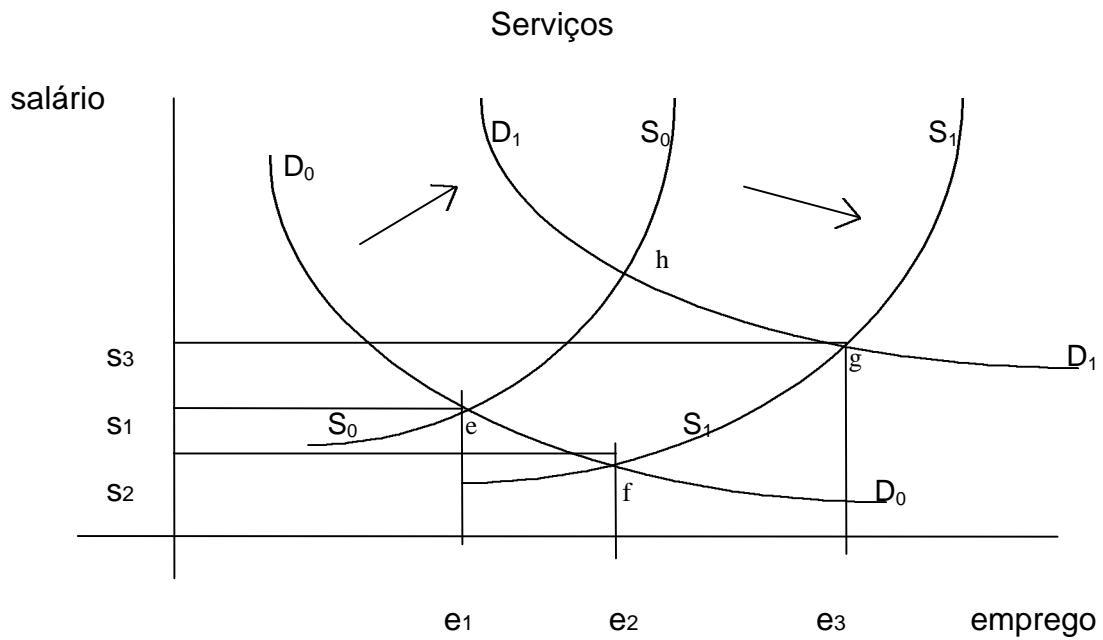


figura 2

Além disso, nesta combinação a produtividade do trabalho no setor industrial teria permanecido constante, pois a curva de demanda por trabalho neste setor não teria se deslocado. Como veremos na próxima seção, existem evidências fortes de que este não foi o caso, mas sim que houve um aumento da produtividade do trabalho no setor industrial neste período. Portanto, podemos descartar a combinação (a,a) como racionalizadora dos fatos estilizados descritos acima.

Porém, se a curva de oferta de trabalho no setor industrial se deslocou para a esquerda (para S_1S_1) e a taxa de participação não diminuiu, a curva de oferta de trabalho no setor serviços tem de ter se deslocado para a direita (para S_1S_1). Ou seja, os trabalhadores deslocados de seus empregos no setor industrial, em lugar de se oferecerem para novos empregos neste setor, passaram a oferecer sua força de trabalho no setor serviços. Sendo os empregos no setor industrial de maior produtividade e melhores salários, este deslocamento parece, em princípio, difícil de ser explicado.

Tal deslocamento pode ser explicado a partir das mudanças tecnológicas e, conseqüentemente, das mudanças nos conteúdos de qualificação exigidos pela indústria no período pós-estabilização. Com a abertura da economia e a valorização cambial, novas e mais modernas máquinas e equipamentos passaram a ser incorporados ao processo de produção no setor industrial. Isto tornou muitos trabalhadores antes empregados neste setor “desqualificados”, ou com as qualificações inadequadas. Incapazes de se requalificarem para a nova tecnologia, restou a estes trabalhadores oferecerem sua força de trabalho no setor serviços, onde o conteúdo de qualificação demandado é menor que na indústria e as mudanças tecnológicas menos frequentes e menos drásticas. Portanto, nossa hipótese é que uma parte importante daqueles trabalhadores deslocados do setor industrial pelas novas tecnologias passaram a se oferecer no setor serviços, deslocando a curva de oferta de trabalho neste setor para a direita.

Porém, se a combinação (a,a) não consegue “racionalizar” os fatos estilizados e se a curva de oferta de trabalho no setor serviços se deslocou para a direita, qualquer combinação que inclua a possibilidade c para o setor serviços está fora de consideração. Portanto, nos sobra como possibilidades de “racionalização” destes fatos as combinações (b,b) e (c,b). No caso da combinação (b,b), teríamos um deslocamento das curvas de oferta de trabalho no setor industrial para a esquerda (de S_0S_0 para S_1S_1 na figura 1) e no setor serviços para a direita (de S_0S_0 para S_1S_1 na figura 2), simultaneamente a um deslocamento das curvas de demanda por trabalho em ambos os setores para a direita (para D_1D_1 em ambas as figuras), o que significa ganhos de produtividade do trabalho em ambos os setores. No caso da combinação (c,b), teríamos os mesmos deslocamentos das curvas de oferta de trabalho e um deslocamento para a esquerda da curva de demanda por trabalho no setor industrial (de D_0D_0 para D_1D_1 na figura 1) e para a direita no setor serviços (de D_0D_0 para D_1D_1 na figura 2). Em outras palavras, um aumento da produtividade do trabalho no setor serviços e queda no setor industrial. Estas são as escolhas possíveis. A decisão entre elas é uma questão empírica a ser analisada na próxima seção.

4. Produtividade Marginal versus Preços Relativos

Os deslocamentos da curva de demanda de trabalho em um determinado setor podem estar relacionados ao movimento de duas variáveis: à variação dos preços relativos na economia e/ou a variações da produtividade marginal do trabalho. Para vermos isto, vamos escrever a condição para que uma empresa esteja maximizando lucros:

$$w = p_s \cdot P_{mg}$$

onde:

w = salário nominal

p_s = preço do setor

P_{mg} = produtividade marginal do trabalho no setor

dividindo ambos os lados pelo índice de preços ao consumidor, teremos:

$$w/p_c = p_s/p_c \cdot P_{mg}$$

$$\Delta(w/p) = \Delta(p_s/p_c) + \Delta p_{mg}$$

ou seja, um aumento (redução) do preço relativo do setor em relação ao índice de preços ao consumidor fará com que, no ponto de ótimo, a empresa pague um salário real maior (menor) para a mesma produtividade marginal do trabalho. Em outras palavras, uma mudança de preços relativos em favor (contra) do setor significa um deslocamento da curva de demanda por trabalho para a direita (esquerda).

A mudança de preços relativos é um fator conjuntural e que depende do nível de atividade da economia, por um lado, e da política cambial, por outro. Como os preços do setor serviços são mais flexíveis que os preços do setor industrial, um aumento (queda) do nível de atividade tende a aumentar (reduzir) os preços relativos do setor serviços em relação ao setor industrial. Neste sentido, este deslocamento da curva de demanda pode ser temporário, se os preços relativos voltarem a mudar no futuro.

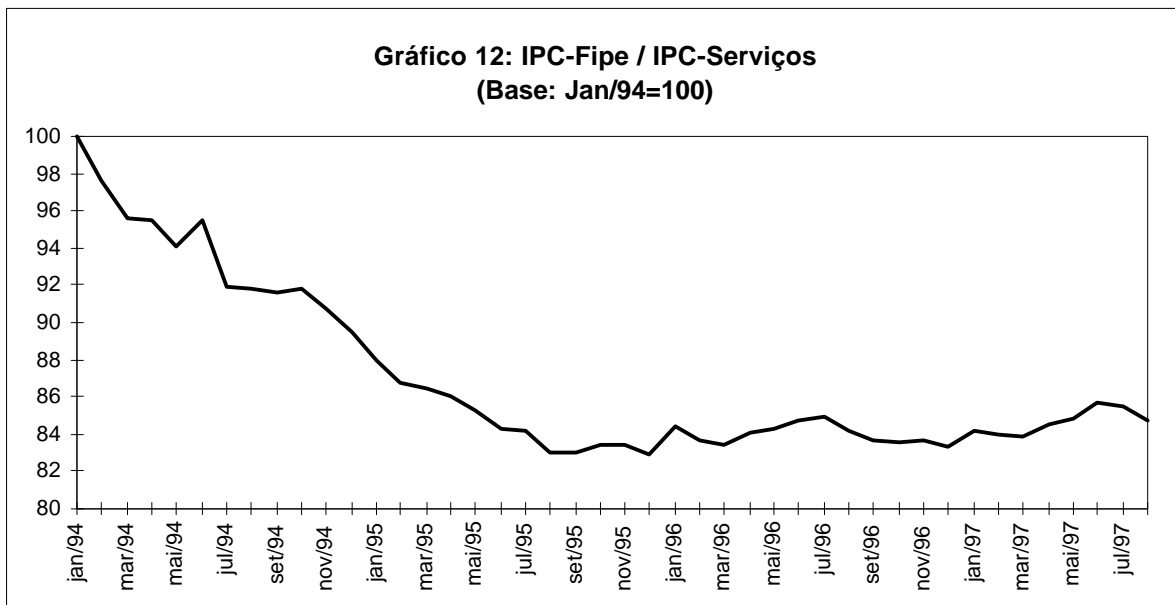
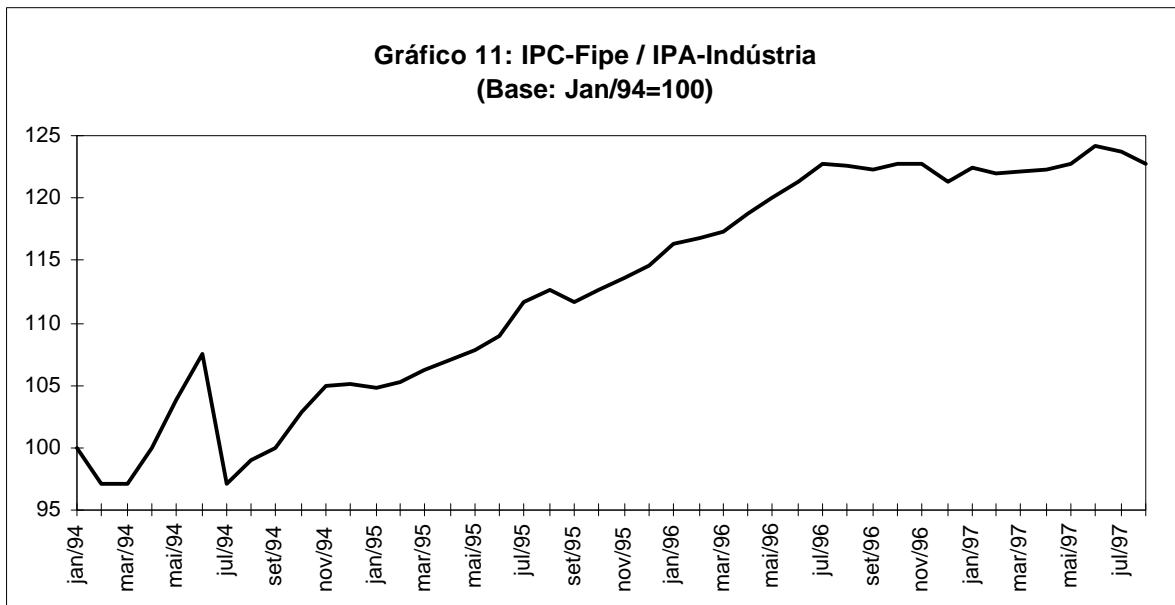
Da mesma forma, dados os preços relativos na economia, a curva de demanda por trabalho se deslocará se a produtividade marginal do trabalho variar. Ao contrário dos preços relativos, este é um fator estrutural, relacionado ao aumento da disponibilidade de capital físico e capital humano em cada setor de atividade econômica.

Portanto, a curva de demanda por trabalho do setor industrial ou do setor serviços podem ter se deslocado para a direita (esquerda) por duas razões:

- um fator conjuntural - os preços relativos do setor tenham aumentado (diminuído) e/ou;
- um fator estrutural - a produtividade marginal do trabalho no setor tenha aumentado (reduzido).

Quanto se deve a cada um destes fatores é uma questão empírica a ser analisada nesta seção.

Um dos efeitos do programa de estabilização foi a significativa mudança de preços relativos a favor dos setores produtores de bens não comerciáveis (principalmente o setor serviços) e contra os setores produtores de bens não comerciáveis (principalmente indústria). Os gráficos 11 e 12 mostram a evolução da relação entre os preços ao consumidor e os preços industriais (gráfico 11) e entre os preços ao consumidor e os preços dos serviços (gráfico 12) entre janeiro de 1994 e agosto de 1997.



Como podemos observar, entre janeiro e julho de 1994, os preços ao consumidor e os preços industriais variaram basicamente à mesma taxa. A partir da estabilização da economia em julho de 1994, os preços industriais passaram a

variar a uma taxa significativamente menor que o conjunto dos preços ao consumidor, até junho de 1996. Neste período, o aumento dos preços ao consumidor foi 23% maior que os preços industriais.

O oposto ocorre com o setor serviços. Desde janeiro de 1994 os preços do setor serviços crescem a uma taxa superior ao conjunto dos preços da economia até agosto de 1995, sendo que entre julho de 1994 e agosto de 1995 os serviços têm um aumento de preços 13% acima do aumento dos preços ao consumidor.

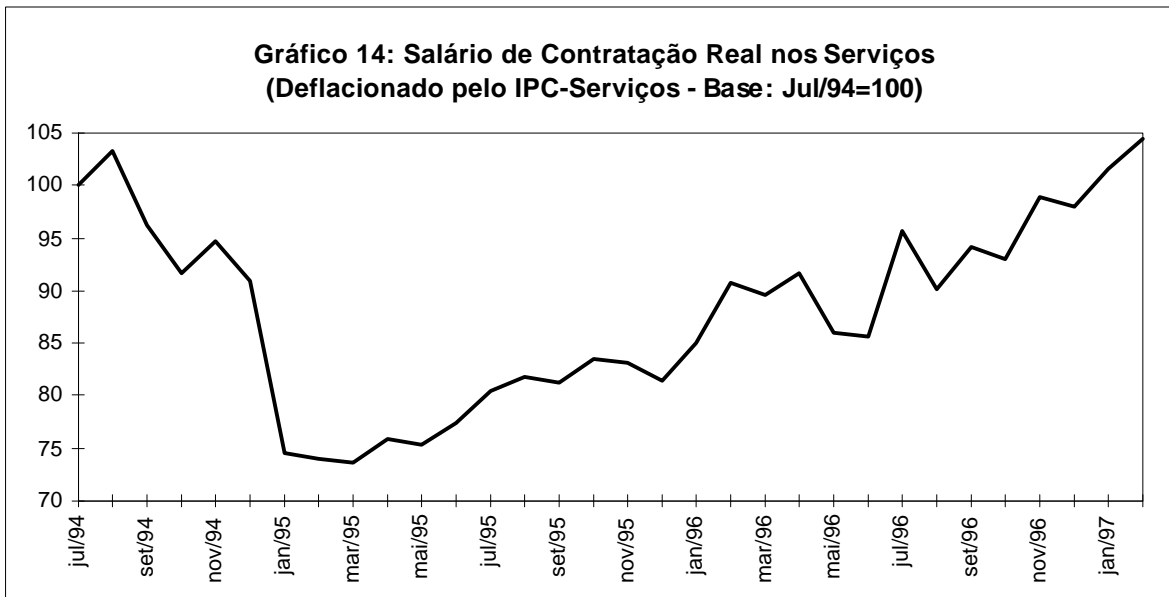
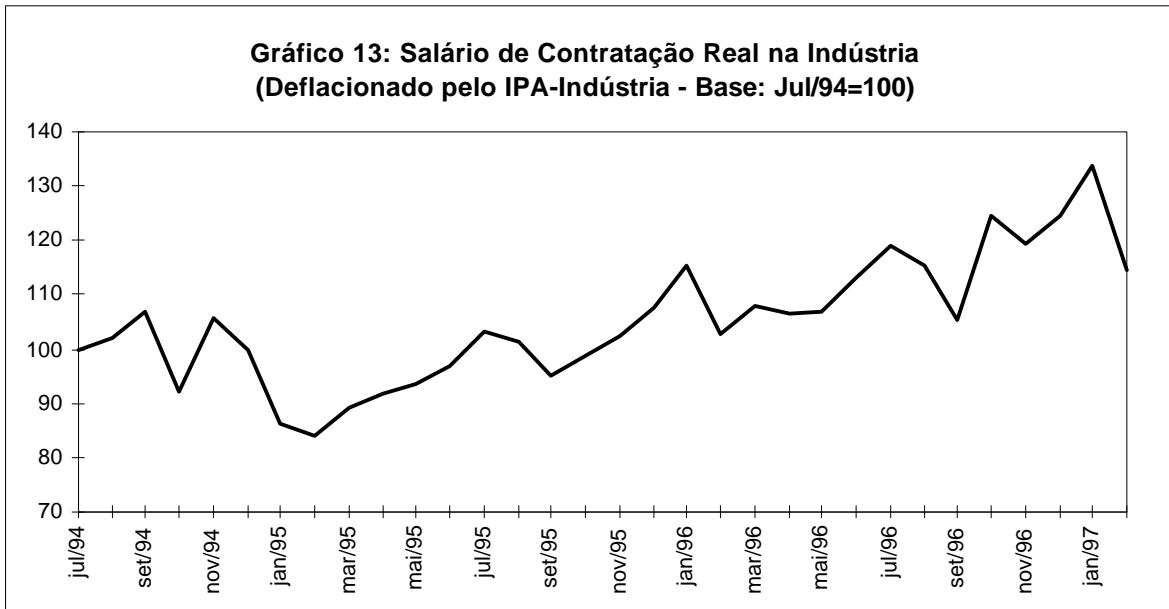
Estes dois indicadores sugerem que ocorreu um deslocamento da curva de demanda por trabalho para a direita no setor serviços decorrente de um aumento dos preços relativos deste setor (de D_0D_0 para D_1D_1 na figura 2). Ou seja, uma parte dos ganhos salariais dos trabalhadores do setor serviços se deve a esta mudança de preços relativos.

Por outro lado, a mudança de preços relativos contra os produtos industriais sugere um deslocamento da curva de demanda de trabalho deste setor para a esquerda. Este é um efeito que poderá se restringir ao curto prazo, pois está relacionado à utilização da taxa de câmbio como âncora para controlar a taxa de inflação e ao forte aumento de demanda decorrente da própria estabilização dos preços. Mudanças na política cambial e/ou um nível de atividade menos forte teriam o efeito de reverter este efeito.

O segundo fator que pode ter gerado deslocamentos das curvas de demanda por trabalho nestes dois setores são variações na produtividade marginal do trabalho. Indicadores de produtividade marginal do trabalho são difíceis de se obter. Entretanto, a partir da hipótese de que uma empresa somente contrata um trabalhador novo se sua produtividade for igual ou maior que o custo de sua contratação, a evolução dos salários pagos aos trabalhadores que estão sendo contratados em cada setor, deflacionado pelo índice de preço do próprio setor nos dá uma proxy da evolução da produtividade marginal do trabalho.

Para o segmento formal do mercado de trabalho brasileiro, existem estatísticas sobre os salários de contratação com base nos dados da Lei 4923 do Ministério do Trabalho. Os gráficos 13 e 14 mostram a evolução do salário de contratação no setor industrial, deflacionado pelo IPA-indústria, e do salário de contratação do setor serviços, deflacionado pelo índice de preços dos serviços, respectivamente.

A evolução destas duas variáveis mostra que o salário de contratação destes dois setores apresentam um comportamento bastante similar, queda no início do período de estabilização, entre julho e dezembro de 1994 e aumento significativo deste então. A queda no início do período provavelmente decorre da incapacidade dos trabalhadores destes setores de se apropriar de ganhos de produtividade no curto prazo. No caso do setor serviços, a redução mais acentuada do salário de contratação deflacionado pelo índice de preços do próprio setor indica também a incapacidade dos trabalhadores de se apropriarem do aumento do preço relativo deste setor no início do processo de estabilização. Note que este é também o período em que ocorre o aumento mais acentuado destes preços relativos.



Entretanto, o crescimento sistemático do salário de contratação desde o início de 1995 até o presente é um forte indicador de que estão ocorrendo importantes ganhos de produtividade marginal tanto no setor industrial quanto no setor serviços da economia brasileira. Se tomarmos o ponto mais baixo da curva como ponto de referência, estes ganhos são da ordem de 45% para o setor industrial e 33% para o setor serviços. Tomando-se julho de 1994 como referência, estes ganhos são, respectivamente, 25% e 5%.

Em outras palavras, os ganhos de produtividade marginal do trabalho no setor industrial são mais que suficientes para compensar a mudança de preços relativos contra este setor, o que indica um deslocamento da curva de demanda por trabalho na indústria para a direita. Por outro lado, os ganhos de produtividade no setor serviços atuam na mesma direção que a mudança de preços relativos em

favor deste setor, indicando um deslocamento da curva de demanda de trabalho no setor serviços também para a direita.

Outros indicadores de ganhos de produtividade no setor serviços podem ser apresentados. A Tabela 3 mostra a composição dos ocupados no setor serviços nos anos 1993 e 1996, por nível educacional. Com podemos observar pela tabela, entre estes dois anos, a proporção dos trabalhadores com até 4 anos de educação diminuiu de 33% para 29% do total, ao mesmo tempo em que a proporção dos trabalhadores com 4 a 12 anos de estudo passou de 52% para 56%. Ou seja, aumentou o nível de qualificação da mão de obra no setor serviços.

Tabela 3
Estrutura Educacional da Força de Trabalho
no Setor Serviços

anos de estudo	porcentagem de trabalhadores	
	1993	1996
0 anos de estudo	6	5
0 a 4 anos de estudo	27	24
4 a 8 anos de estudo	19	20
8 a 12 anos de estudo	33	36
mais de 12 anos de estudo	14	15

Fonte: PME/IBGE - publicado em Houve Precarização do Setor Serviços? Qualidades dos trabalhadores e dos empregos entre 1989 e 1996, mimeo, 1997.

Em conclusão, a análise acima sugere que no período pós-estabilização, ocorreu um deslocamento da curva de oferta de trabalho na indústria para a esquerda e no setor serviços para a direita. Concomitantemente, se deu um deslocamento das curvas de demanda por trabalho em ambos os setores para a direita. Portanto, em termos de “racionalização” dos fatos estilizados da seção 2 deste artigo, a combinação (b,b) parece ter melhor capacidade de explicá-los.

Por outro lado, os dados também sugerem estar ocorrendo um choque positivo de produtividade tanto no setor industrial quanto no setor serviços da economia brasileira neste período, sendo este ganho mais expressivo no setor industrial que no setor serviços.

Como os ganhos de produtividade marginal no setor industrial são mais elevados que no setor serviços, e este é o fator estrutural importante para explicar ganhos de longo prazo nos rendimentos do trabalho, devemos esperar um aumento da disparidade entre os salários destes dois setores no futuro. No curto prazo, a disparidade salarial entre estes dois setores diminuiu devido à mudança de preços relativos em favor do setor serviços, um fator conjuntural que poderá se reverter em períodos de redução do nível de atividade.

O desempenho do mercado de trabalho metropolitano brasileiro descrito na

seção três deste artigo tem sérias implicações para a formação profissional no país. Em primeiro lugar, devemos nos perguntar como o sistema de formação profissional deve se adaptar à nova estrutura de qualificação da mão de obra exigida pela indústria. Segundo, dada a disponibilidade de recursos do sistema, devemos considerar duas opções: por um lado, formar jovens recém entrados no mercado de trabalho, para atender à demanda destas novas ocupações. Por outro, como desenvolver um sistema de retreinamento e requalificação da mão de obra que está sendo deslocada do setor industrial e que não mais consegue se reempregar neste setor.

A questão básica a ser respondida é se os benefícios que podem ser obtidos com a requalificação e retreinamento desta mão de obra mais idosa justificam os custos deste esforço. O grande problema é a capacidade desta mão de obra, uma vez retreinada e requalificada, de competir em igualdade de condições com os jovens que estão entrando no mercado de trabalho e que, ao longo de seu processo de formação, se familiarizaram com as novas tecnologias, sem os vícios e as desvantagens de terem passado uma parte substancial de suas vidas profissionais utilizando tecnologias já obsoletas.

Alguns analistas sugerem que é extremamente difícil que trabalhadores mais idosos, com qualificação e treinamento em tecnologias obsoletas, sejam capazes de se retreinarem e se tornarem competitivos no mercado de trabalho com os novos entrantes. Se isto é verdade, o sistema de formação profissional deveria se concentrar na qualificação dos novos entrantes, utilizando tecnologia moderna e as novas técnicas de gerência e de relações de trabalho. Porém, isto trás um problema social grave de realocação dos trabalhadores idosos, principalmente para uma instituição financiada por recursos para-fiscais.

Um segundo aspecto importante é a redução do nível de emprego industrial. Qual o papel de um sistema de qualificação de mão de obra para um setor que está reduzindo o emprego de forma drástica e sistemática? Qual a quantidade de recursos que se justifica gastar para qualificar mão de obra de um setor que gera uma quantidade marginal de empregos, em um país no qual o problema do desemprego está se tornando grave? Neste sentido, talvez seja mais eficiente, do ponto de vista da alocação de recursos, a direcionamento da instituição no sentido de qualificar trabalhadores para setores de serviços auxiliares da atividade industrial, fundamentais para o bom funcionamento deste setor, ainda que não diretamente empregados por ele.

Em suma, estas são questões importantes que devem ser parte do processo de discussões futuras destas instituições.

5. Desemprego

Um dos fatos estilizados importantes destacados na seção 2 é a tendência ao aumento da taxa de desemprego aberto, principalmente a partir de 1997 (gráfico 5). Dois fatos devem ser destacados. Em primeiro lugar, a estagnação do emprego nos setores comércio e serviços após 1996 e a contínua queda do emprego industrial, apesar da retomada do crescimento da economia neste mesmo ano. O segundo é o aumento da taxa de desemprego média ao longo dos ciclos econômicos. Tanto o ponto mais baixo, quanto o ponto mais elevado da

taxa de desemprego estão se deslocando para cima. Estes dois fatos podem estar sugerindo uma tendência ao crescimento do desemprego aberto de longo prazo na economia brasileira.

Taxas de desemprego elevadas e de longo prazo não tem sido um problema relevante na economia brasileira. Até 1994, as taxas de desemprego tinham um comportamento similar ao do ciclo de produção, sendo um fenômeno eminentemente cíclico. Quando a economia entrava em processo recessivo o desemprego aumentava, revertendo aos baixos níveis do final do período de crescimento no final do ciclo seguinte. Este movimento das taxas de desemprego aberto sugeriam um elevado grau de flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro (salário reais e emprego) em relação ao tamanho dos choques vividos pela economia³. Neste sentido, a tendência observada acima é nova e preocupante. Em outras palavras, o mercado de trabalho brasileiro, apesar de bastante flexível, parece não ter a flexibilidade necessária para compensar o tamanho do choque exógeno que está sofrendo nos anos noventa (abertura comercial, reestruturação produtiva, estabilização). Sendo o desemprego estrutural um problema grave, tanto por suas consequência sociais e políticas quanto de desperdício de recursos, desenhar instituições que sejam capazes de aumentar o grau de flexibilidade deste mercado e, desta forma, evitar ou minorar este problema, é de fundamental importância.

Vários países têm vivido o problema do desemprego de forma bastante intensa. Os exemplos mais conhecidos são os dos países da Europa continental, em geral, especialmente a Espanha, a Inglaterra até os anos oitenta e, na América Latina, o Chile, na década de oitenta e a Argentina na década de noventa. Todos estes países tinham mercados de trabalho relativamente rígidos (ou seja, regras rígidas de determinação de salários, fortes restrições às demissões, custos de demissão relativamente elevados, etc.) quando o problema do desemprego estrutural começou a se manifestar. Em todos eles, a resposta a este aumento do desemprego foi a implementação de mudanças nas instituições com o objetivo de tornar o mercado de trabalho mais sensível aos choques estruturais.

O objetivo desta seção é apresentar dois casos paradigmáticos, Espanha e Inglaterra, de mudanças e analisar seus efeitos sobre a taxa de desemprego aberto nestas economias. A escolha destes dois países se deve a dois motivos: primeiro, por terem adotado estratégias de flexibilização da legislação diferentes e, segundo, por as terem implementado no início dos anos oitenta, o que nos permite analisar com mais cuidado os resultados obtidos. Na América Latina, o Chile adotou uma estratégia similar à Inglaterra, enquanto a Argentina tem seguido os passos da Espanha.

Existem muitas similaridades, em seus aspectos específicos, entre as mudanças implementadas por diferentes países, para tornar mais flexíveis os mercados de trabalho. Entretanto, apesar das similaridades, uma característica geral nos permite distinguí-los em dois grupos distintos, qual seja, a ênfase na discriminação dos trabalhadores a partir de características pessoais ou do mercado de trabalho versus ênfase na flexibilização do contrato de trabalho para

³ . Ver J.M.Camargo, Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil, Fundação Getúlio Vargas, 1997.

todos os trabalhadores através da abertura de novas possibilidades de negociações entre empregadores e trabalhadores.

Um primeiro grupo de países optou por introduzir a possibilidade de discriminação como base para a flexibilização do mercado de trabalho. Neste caso, a legislação passou a permitir que diferentes tipos de trabalhadores (jovens x não jovens, contratos de curto prazo x contratos sem prazo determinado, recém entrados no mercado de trabalho x trabalhadores já estabelecidos no mercado, etc.) possam ser regidos por contratos de trabalho com diferentes graus de restrições. Em outras palavras, permite-se que o custo do trabalho seja diferente para diferentes tipos de trabalhadores.

O segundo grupo de países, além de adotar alguma possibilidade de discriminação, colocou uma ênfase especial na flexibilização do contrato de trabalho per se, ou seja, na redução de entraves existentes nas legislações para a negociação das condições de trabalho entre empregadores e trabalhadores. Nestes países, os contratos de trabalho se tornaram menos determinados pela legislação e mais determinados pelo processo de negociações entre as partes. Nestes países, as condições mínimas de trabalho determinadas pela legislação são similares para todos os trabalhadores. As diferenças nos contratos de trabalho entre grupos de trabalhadores é determinada pela negociação.

Entre os representantes do primeiro grupo, devemos destacar a Espanha e a Argentina, enquanto no segundo se destacam a Inglaterra e o Chile. A pergunta que se coloca é qual dos dois caminhos é mais efetivo para aumentar a flexibilidade do mercado de trabalho e minorar o problema do desemprego aberto estrutural. As evidências empíricas não são totalmente conclusivas a este respeito, porém algumas evidências podem ser apresentadas. Neste artigo, vamos analisar os efeitos destas mudanças sobre o funcionamento do mercado de trabalho em dois destes países, que chamamos de paradigmáticos: Espanha e Inglaterra.

A Espanha é um caso típico de utilização da primeira estratégia. Para fazer frente à baixa criação de empregos e aumento da taxa de desemprego, o governo espanhol adotou, em 1980, uma legislação que permite às firmas empregarem trabalhadores utilizando contratos por tempo determinado para jovens sob treinamento, graduados recentes, para novos trabalhadores que estiverem substituindo trabalhadores que estão se aposentando e para trabalhadores em geral com o objetivo de promover a geração de emprego.

As principais características destes contratos são:

são contratos de curta duração (3 a 6 meses) e renováveis apenas até 3 anos;

os custos de demissão destes trabalhadores são menores (ou não existentes) que os dos contratos tradicionais;

o trabalhador não pode recorrer à Justiça caso seu contrato seja cancelado.

Bentolila e Saint-Paul (1992)⁴ desenvolvem um modelo para analisar este

⁴. S. Bentolila e G. Saint-Paul, "The Macroeconomic Impact of Flexible Labor Contracts, with an Application to Spain", *European Economic Review*, vol. 36, pag. 1013-2053.

tipo de situação. No modelo, as principais hipóteses são que o custo de contratar e demitir trabalhadores temporários é menor que o dos não temporários e que a produtividade do primeiro tipo de trabalhadores é menor. Os resultados do modelo são bastante interessantes. Primeiro, o total de empregos não temporários diminui com a introdução deste tipo de contrato. Segundo, no advento de uma recessão, as firmas começam demitindo todos os seus trabalhadores temporários rapidamente, pois o custo de demissão é menor ou zero, e reduz o número de trabalhadores permanentes paulatinamente. Ou seja, ocorre um aumento da elasticidade emprego-produto, ao mesmo tempo em que o custo da recessão é concentrado sobre os trabalhadores temporários.

Terceiro, as recessões, em termos de emprego, tendem a ser mais violentas e menos persistentes com a presença de contratos temporários, o mesmo ocorrendo com as recuperações.

No período de transição, quando o contrato temporário é introduzido o volume de emprego tende a crescer mais do que o sustentável no longo prazo. Porém, o efeito da introdução deste tipo de contrato sobre o volume total de emprego, no longo prazo, é ambíguo dependendo da diferença de produtividade entre os dois grupos de trabalhadores (quanto menor a diferença maior a probabilidade de aumentar o volume de empregos) e da probabilidade de que ocorra uma recessão (quanto maior esta probabilidade, maior o volume de empregos gerados em relação ao caso de inexistência de empregos temporários).

Os dados da economia espanhola são então comparados com estes resultados teóricos. Eles mostram que, na primeira metade dos anos oitenta, quando a economia espanhola encontrava-se em um processo de baixo crescimento, estes contratos foram pouco utilizados. Porém, com a retomada do crescimento da economia na segunda metade dos anos oitenta, aproximadamente 98% dos novos contratos assinados até 1990 eram contratos por tempo determinado. Entre 1987 e 1990, o número de contratos por tempo determinado aumentou 140%, enquanto o número de contratos tradicionais se reduziu em 3,5%. Ou seja, a participação dos contratos com tempo determinado aumenta substancialmente no período.

Estes contratos foram mais utilizados para mulheres (34% comparado a 28%), para trabalhadores jovens (78% para trabalhadores com 16 a 19 anos de idade se comparado a 14,3% para trabalhadores com 50 a 54 anos) e por trabalhadores menos educados (36% para trabalhadores analfabetos comparado a 17% para trabalhadores graduados).

Na segunda metade dos anos oitenta, a taxa de crescimento do emprego na Espanha foi de 4,8% ao ano, bastante elevada. Entretanto, como devemos esperar um aumento de emprego no curto prazo maior que no longo prazo, este resultado não significa necessariamente que a taxa de geração de empregos no longo prazo tenha crescido com a introdução destes contratos.

Como predito pelo modelo teórico descrito acima, observa-se um aumento da elasticidade emprego-produto ao longo do ciclo. Ou seja, o emprego tende a crescer (cair) mais rapidamente quando a produção cresce (cai), após a introdução de contratos por tempo determinado. Finalmente, deve-se notar que

são os trabalhadores com contratos por tempo determinado que suportam o custo das reduções no nível de atividade.

A evolução da taxa de desemprego aberto na Espanha, apresentada na tabela 4 tende também a confirmar as conclusões do modelo descrito acima. Partindo de níveis próximos a 20% da força de trabalho, a taxa de desemprego aberto cai rapidamente durante o período de crescimento, até atingir 15,2% em 1991. A partir deste ponto, com a redução do crescimento econômico, ela volta a crescer voltando, em meados dos anos noventa, a níveis superiores aos do início da década de oitenta, quando atinge mais de 22% da força de trabalho.

Tabela 4
Taxa de Desemprego Aberto
Espanha - 1984/1996

ano	desemprego aberto	ano	desemprego aberto
1984	18,4	1991	15,2
1985	19,5	1992	18,4
1986	20,0	1993	21,5
1987	20,4	1994	23,0
1988	19,5	1995	22,9
1989	17,2	1996	22,4*
1990	15,7		

Fonte: World Financial Statistics

* Média dos três primeiros trimestres

Em resumo o principal resultado desta análise é que a introdução de contratos por tempo determinado tende a aumentar o emprego em períodos de crescimento e a reduzir o emprego em períodos de recessão, em uma proporção maior do que ocorreria se estes contratos não estiverem disponíveis para as empresas. As recessões seriam mais profundas e menos persistentes. Em segundo lugar, a introdução destes contratos tende a reduzir o número de contratos com prazo indeterminado (se o custo dos primeiros for menor que o dos segundos). Finalmente, o resultado da introdução deste tipo de contrato sobre o volume total de empregos não é inequívoco, apesar de, no curto prazo, no período de transição, dever-se esperar que ocorra um aumento do emprego total. O exemplo espanhol não justifica muito otimismo em relação a este ponto, pois a taxa de desemprego aberto no início dos anos noventa, após da introdução de diferentes tipos de contratos, é superior à do início dos anos oitenta, antes da introdução destes contratos.

A segunda estratégia de flexibilização enfatiza a negociação dos contratos de trabalho diretamente entre empregadores e trabalhadores, seja a nível individual, seja a nível coletivo, por empresa ou em níveis mais agregados. Nesta estratégia, o ponto focal é desenvolver um arcabouço institucional que induza a liberdade de organização sindical e a concorrência entre os diferentes sindicatos

por novos filiados, reduzindo, desta forma, o componente de “bem público” da negociação coletiva evitando que os trabalhadores sejam “free riders” no processo de negociação.

Um segundo aspecto fundamental desta estratégia de regulamentação é a redução das restrições legais na definição dos contratos de trabalho, permitindo uma gama mais ampla de negociações, sobre condições de trabalho e salários. Em outras palavras, a lógica desta estratégia é reduzir a proteção legal inserida nos contratos de trabalho aumentando-se o espaço de negociação. Concomitantemente, faz da concorrência entre os sindicatos o principal mecanismo de fortalecimento da representatividade e da organização sindical. Com isto, reduz-se o componente de “bem público” da organização sindical e evita-se o fenômeno do “free rider”.

Uma reordenação institucional deste tipo pode ser feita dando-se maior ou menor ênfase aos contratos coletivos em detrimento dos individuais (ou vice-versa), incentivando-se os contratos de trabalho a nível de empresa ou a nível mais agregado, etc. Entre os países que adotaram este tipo de estratégia, a Inglaterra foi um dos que o fizeram com maior força. Uma análise dos resultados desta reforma poderá ser útil para avaliar a efetividade de uma estratégia de flexibilização deste tipo sobre a taxa de desemprego aberto⁵.

A flexibilização da legislação trabalhista inglesa se concentrou em dois aspectos fundamentais: organização sindical e negociação coletiva por um lado, e o processo de formação dos salários por outro. A seguir, apresentamos as mudanças mais importantes

Do ponto de vista da organização sindical, a lógica da reforma foi a promoção da responsabilidade individual, em detrimento da solidariedade e do coletivismo. Com este objetivo, foram reforçadas as possibilidades de voz por parte dos trabalhadores nas decisões dos sindicatos, ao mesmo tempo em que as penalidades pela recusa na participação nestas organizações por parte dos trabalhadores foram reduzidas. A voz dos membros foi reforçada através da introdução de votações secretas para a tomada de decisões quando as ações coletivas em geral, eleições de representantes e executivos dos sindicatos, etc.

A recusa à participação foi facilitada pela eliminação da figura do “closed shop”, que obrigava as empresas a somente contratarem trabalhadores sindicalizados. A partir do início dos anos noventa, tornou-se uma questão de decisão individual dos trabalhadores pertencer ou não a um sindicato. Ao mesmo tempo, o reconhecimento de um sindicato por parte da empresa passou a ser uma decisão unicamente da empresa.

Em outras palavras, para que um trabalhador decida participar de um sindicato, é necessário que este seja capaz de efetivamente melhorar seu contrato de trabalho, ao mesmo tempo em que seu reconhecimento por parte da empresa depende de que ele seja capaz de mobilizar os trabalhadores desta empresa à ação coletiva. Nenhuma restrição mais existe à contratação de trabalhadores não filiados a sindicatos. Neste sentido, a força de um sindicato passou a depender

⁵ . Ver D. Metcalf, “Deregulation of the British Labour Market 1979-94: description and evaluation, working paper 643, London School of Economics, september 1994.

unicamente de seu poder de mobilização e esta, por sua vez, depende de sua capacidade de melhorar as condições do contrato de trabalho.

Ao mesmo tempo, as regras existentes antes da reforma que garantiam a extensão dos resultados das negociações coletivas a trabalhadores não participantes foram totalmente abolidas. Ou seja, para se beneficiar dos resultados da negociação coletiva, o trabalhador tem que ser filiado ao sindicato que dela participa.

Estas mudanças apontam na direção da redução da solidariedade e na valorização da competição intersindical, como forma de fortalecimento destas organizações, ao mesmo tempo em que reduz o potencial de “free rider” por parte dos trabalhadores.

Na área da determinação de salários três mudanças foram fundamentais: os Wage Councils, organismos independentes que determinavam os salários em setores em que a negociação coletiva era fraca, foram abolidos; acabou-se com a instituição do salário mínimo; foram criados subsídios para a adoção de programas de participação nos lucros e na propriedade das empresas.

O ponto focal destas mudanças foi, como pode ser observado, uma redução das cláusulas dos contratos de trabalho que são determinadas legalmente e um aumento do potencial de negociação entre trabalhadores e empregadores. No caso inglês, houve também um incentivo para que as negociações coletivas se dessem a nível da empresa.

A evolução da taxa de desemprego aberto na Inglaterra mostra os resultados destas mudanças (tabela 5).

Tabela 5
Taxa de Desemprego Aberto
Inglaterra
1986/1997

Ano	Taxa de Desemprego	Ano	Taxa de Desemprego
1986	11,8	1992	9,9
1987	10,6	1993	10,4
1988	8,4	1994	9,4
1989	6,3	1995	8,3
1990	5,9	1996	7,6
1991	8,1	1997	6,2*

Fonte: World Financial Statistics

* primeiro semestre

Como pode ser observado, a trajetória da taxa de desemprego aberto na Inglaterra é claramente descendente, ao contrário do que ocorreu na Espanha. De uma taxa de desemprego de aproximadamente 12% da força de trabalho no início dos anos oitenta, passou-se para taxas de desemprego próximas à metade deste nível no final dos anos noventa.

Estes resultados podem estar sugerindo que a estratégia de flexibilização baseada na redução da proteção e maior espaço para a negociação é mais efetiva no sentido de reduzir a taxa de desemprego do que a estratégia de permitir discriminação entre diferentes tipos de trabalhadores no mercado de trabalho.

A ser verdadeira esta observação, podemos concluir que se a preocupação com o desemprego de longo prazo no Brasil é legítima, o país deveria adotar uma estratégia de mudança institucional que aumentasse o espaço de negociação entre trabalhadores e empresários, reduzindo a proteção legal aos trabalhadores e introduzindo, ao mesmo tempo, mecanismos de negociação coletiva e de incentivo à atividade sindical que aumentasse a representatividade destas instituições e, conseqüentemente, seu poder de negociar contratos flexíveis, sem que, com isto, os trabalhadores sejam prejudicados no processo de negociação.

6. Conclusões

Neste artigo analisamos o desempenho do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período pós-estabilização econômica. Mostramos que ocorreu uma redução do nível de emprego na indústria e um aumento do nível de emprego nos setores serviços e comércio. O aumento do emprego nestes dois últimos setores foi, entretanto, insuficiente para compensar a redução do emprego industrial.

Ao mesmo tempo, os rendimentos reais e o custo do trabalho aumentaram em todos os setores da economia. Mostramos que estes desenvolvimentos somente podem ser "racionalizados" através de um modelo de oferta e procura por trabalho se supusermos que ocorreu um deslocamento da curva de demanda por trabalho para a direita no setor serviços e um deslocamento da curva de oferta de trabalho para a esquerda na indústria. Como a taxa de participação permaneceu

basicamente constante, concluímos que a única possibilidade de explicação seria através de um deslocamento da curva de oferta de trabalho no setor serviços para a direita.

Mostramos também que os dados disponíveis mostram um importante aumento da produtividade marginal do trabalho no setor industrial, suficiente para mais que compensar a mudança de preços relativos contra este setor ocorrida com a estabilização da economia. Desta forma, a curva de demanda por trabalho na indústria também se desloca para a direita. Por outro lado, a produtividade marginal do trabalho no setor serviços também cresce significativamente ao longo do período, ainda que a uma taxa menor que no setor industrial.

Um outro aspecto relevante analisado neste artigo é a tendência ao crescimento da taxa de desemprego aberto a partir de 1994. Isto se deve à incapacidade dos setores comércio e serviços de compensar as perdas de emprego ocorridas no setor industrial da economia. Esta evolução sugere uma tendência ao aumento do desemprego estrutural na economia brasileira.

Em função desta tendência ao aumento do emprego estrutural, o artigo analisa duas estratégias de flexibilização como forma de evitar o aumento do desemprego de longo prazo. A comparação dos resultados obtidos na Espanha, onde a flexibilização se fez pela adoção de diferentes contratos para diferentes tipos de trabalhador, e na Inglaterra onde a flexibilização foi feita pela abertura de maior espaço para negociar o contrato de trabalho e redução da proteção legal dos trabalhadores sugere que o segundo tipo de estratégia é mais efetivo no sentido de reduzir a taxa de desemprego.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Introdução

A década de noventa tem se caracterizado no Brasil, por um intenso processo de mudanças estruturais. Do ponto de vista macroeconômico, a abertura da economia à concorrência internacional e a estabilização dos preços teve efeitos importantes sobre o ritmo e a estrutura do crescimento do país. Estas mudanças, como não poderia deixar de ocorrer, tiveram um reflexo direto sobre o desempenho do mercado de trabalho. Redução do emprego industrial, aumento da proporção de trabalhadores informais, combinado a aumento do rendimento real dos trabalhadores e do emprego nos setores comércio e serviços, são alguns destes reflexos.

Entretanto, o aumento do nível de emprego nos setores comércio e serviços que, no início do processo de estabilização compensou a queda do emprego industrial, começa a mostrar sinais de arrefecimento. Como resultado, as taxas de desemprego aberto têm apresentado uma tendência ao crescimento, principalmente a partir de 1997.

Esta evolução do mercado de trabalho após a estabilização sugere um quadro preocupante para o futuro, com mudança na estrutura da demanda por qualificação da mão de obra, inadequação da demanda à oferta de qualificação e aumento da taxa de desemprego de longo prazo.

2. Fatos Estilizados do Comportamento do Mercado de Trabalho Metropolitano Brasileiro no Período Pós-Estabilização da Economia

Os fatos estilizados do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período pós-estabilização são:

- queda do emprego industrial e aumento do emprego nos setores comércio e serviços;
- movimento cíclico da taxa de desemprego aberto no início do período pós estabilização, seguindo a evolução do emprego industrial;
- tendência a um aumento da taxa de desemprego aberto, excluídos os movimentos cíclicos, a partir de 1997;
- crescimento do rendimento médio real em todos os setores de atividade econômica;
- aumento do custo médio do trabalho na indústria, até 1996 e queda a partir deste ano, e aumento desta variável no setor serviços.

3. Racionalizando os Fatos Estilizados

A análise dos fatos estilizados do mercado de trabalho metropolitano brasileiro sugere que no período pós-estabilização, ocorreu um deslocamento da curva de oferta de trabalho na indústria para a esquerda e no setor serviços para a direita. Concomitantemente, se deu um deslocamento das curvas de demanda por trabalho em ambos os setores para a direita

Ou seja, os trabalhadores deslocados de seus empregos no setor industrial,

em lugar de se oferecerem para novos empregos neste setor, passaram a oferecer sua força de trabalho no setor serviços. Sendo os empregos no setor industrial de maior produtividade e melhores salários, este deslocamento parece, em princípio, difícil de ser explicado.

Tal deslocamento pode ser explicado a partir das mudanças tecnológicas e, conseqüentemente, das mudanças nos conteúdos de qualificação exigidos pela indústria no período pós-estabilização. Com a abertura da economia e a valorização cambial, novas e mais modernas máquinas e equipamentos passaram a ser incorporados ao processo de produção no setor industrial. Isto tornou muitos trabalhadores antes empregados neste setor “desqualificados”, ou com as qualificações inadequadas. Incapazes de se requalificarem para a nova tecnologia, restou a estes trabalhadores oferecerem sua força de trabalho no setor serviços, onde o conteúdo de qualificação demandado é menor que na indústria e as mudanças tecnológicas menos frequentes e menos drásticas. Portanto, nossa hipótese é que uma parte importante daqueles trabalhadores deslocados do setor industrial pelas novas tecnologias passaram a se oferecer no setor serviços, deslocando a curva de oferta de trabalho neste setor para a direita.

Os dados também sugerem estar ocorrendo um choque positivo de produtividade tanto no setor industrial quanto no setor serviços da economia brasileira neste período, sendo este ganho mais expressivo no setor industrial que no setor serviços.

4. Implicações para a Formação Profissional

O desempenho do mercado de trabalho metropolitano tem sérias implicações para a formação profissional no país. Em primeiro lugar, devemos nos perguntar como o sistema de formação profissional deve se adaptar à nova estrutura de qualificação da mão de obra exigida pela indústria. Segundo, dada a disponibilidade de recursos do sistema, devemos considerar duas opções: por um lado, formar jovens recém entrados no mercado de trabalho, para atender à demanda destas novas ocupações. Por outro, como desenvolver um sistema de retreinamento e requalificação da mão de obra que está sendo deslocada do setor industrial e que não mais consegue se reempregar neste setor.

A questão básica a ser respondida é se os benefícios que podem ser obtidos com a requalificação e retreinamento desta mão de obra mais idosa justificam os custos deste esforço. O grande problema é a capacidade desta mão de obra, uma vez retreinada e requalificada, de competir em igualdade de condições com os jovens que estão entrando no mercado de trabalho e que, ao longo de seu processo de formação, se familiarizaram com as novas tecnologias, sem os vícios e as desvantagens de terem passado uma parte substancial de suas vidas profissionais utilizando tecnologias já obsoletas.

Alguns analistas sugerem que é extremamente difícil que trabalhadores mais idosos, com qualificação e treinamento em tecnologias obsoletas, sejam capazes de se retreinarem e se tornarem competitivos no mercado de trabalho com os novos entrantes. Se isto é verdade, o sistema de formação profissional deveria se concentrar na qualificação dos novos entrantes, utilizando tecnologia moderna e as novas técnicas de gerência e de relações de trabalho.

Porém, isto trás um problema social grave de realocação dos trabalhadores

idosos, principalmente para uma instituição financiada por recursos para-fiscais.

Um segundo aspecto importante é a redução do nível de emprego industrial. Qual o papel de um sistema de qualificação de mão de obra para um setor que está reduzindo o emprego de forma drástica e sistemática? Qual a quantidade de recursos que se justifica gastar para qualificar mão de obra de um setor que gera uma quantidade marginal de empregos, em um país no qual o problema do desemprego está se tornando grave? Neste sentido, talvez seja mais eficiente, do ponto de vista da alocação de recursos, a direcionamento da instituição no sentido de qualificar trabalhadores para setores de serviços auxiliares da atividade industrial, fundamentais para o bom funcionamento deste setor, ainda que não diretamente empregados por ele.

5. Desemprego Aberto

Um dos fatos estilizados importantes destacados no artigo é a tendência ao aumento da taxa de desemprego aberto, principalmente a partir de 1997. Dois fatos devem ser destacados. Em primeiro lugar, a estagnação do emprego nos setores comércio e serviços após 1996 e a contínua queda do emprego industrial, apesar da retomada do crescimento da economia neste mesmo ano. O segundo é o aumento da taxa de desemprego média ao longo dos ciclos econômicos. Tanto o ponto mais baixo, quanto o ponto mais elevado da taxa de desemprego estão se deslocando para cima. Estes dois fatos podem estar sugerindo uma tendência ao crescimento do desemprego aberto de longo prazo na economia brasileira.

Vários países têm vivido o problema do desemprego de forma bastante intensa. Os exemplos mais conhecidos são os dos países da Europa continental, em geral, especialmente a Espanha, a Inglaterra até os anos oitenta e, na América Latina, o Chile, na década de oitenta e a Argentina na década de noventa. Todos estes países tinham mercados de trabalho relativamente rígidos (ou seja, regras rígidas de determinação de salários, fortes restrições às demissões, custos de demissão relativamente elevados, etc.) quando o problema do desemprego estrutural começou a se manifestar. Em todos eles, a resposta a este aumento do desemprego foi a implementação de mudanças nas instituições com o objetivo de tornar o mercado de trabalho mais sensível aos choques estruturais.

6. Estratégias de Flexibilização do Mercado de Trabalho

Um primeiro grupo de países optou por introduzir a possibilidade de discriminação como base para a flexibilização do mercado de trabalho. Neste caso, a legislação passou a permitir que diferentes tipos de trabalhadores (jovens x não jovens, contratos de curto prazo x contratos sem prazo determinado, recém entrados no mercado de trabalho x trabalhadores já estabelecidos no mercado, etc.) possam ser regidos por contratos de trabalho com diferentes graus de restrições. Em outras palavras, permite-se que o custo do trabalho seja diferente para diferentes tipos de trabalhadores.

O segundo grupo de países colocou uma ênfase especial na flexibilização do contrato de trabalho per se, ou seja, na redução de entraves existentes nas legislações para a negociação das condições de trabalho entre empregadores e trabalhadores. Nestes países, os contratos de trabalho se tornaram menos determinados pela legislação e mais determinados pelo processo de negociações

entre as partes. Nestes países, as condições mínimas de trabalho determinadas pela legislação são similares para todos os trabalhadores. As diferenças nos contratos de trabalho entre grupos de trabalhadores é determinada pela negociação.

Nestes países, a legislação induziu uma mudança importante na estrutura sindical, tornando-a menos baseada na idéia de solidariedade e mais voltada para a competição entre sindicatos como forma de aumentar sua representatividade e aumentar seu poder de barganha, ao mesmo tempo em que reduzia o potencial de “free rider” por parte dos trabalhadores em suas relações com os sindicatos.

O principal resultado da análise é que a introdução de contratos por tempo determinado tende a aumentar o emprego em períodos de crescimento e a reduzir o emprego em períodos de recessão, em uma proporção maior do que ocorreria se estes contratos não estivessem disponíveis para as empresas. As recessões seriam mais profundas e menos persistentes. Em segundo lugar, a introdução destes contratos tende a reduzir o número de contratos com prazo indeterminado (se o custo dos primeiros for menor que o dos segundos). Finalmente, o resultado da introdução deste tipo de contrato sobre o volume total de empregos não é inequívoco, apesar de, no curto prazo, no período de transição, dever-se esperar que ocorra um aumento do emprego total. A experiência espanhola, paradigmática neste tipo de reforma, não permite muito otimismo quanto à capacidade desta estratégia de reduzir o desemprego aberto de forma sustentável.

Já os exemplos de reforma institucional baseada em uma ampliação do espaço de negociação entre trabalhadores e empresas tem apresentado resultados bem mais otimistas em relação à redução da taxa de desemprego aberto. O caso paradigmático neste contexto é o da Inglaterra, que adotou uma estratégia de flexibilização com estas características e tem uma das taxas de desemprego aberto menores do mundo desenvolvido e a menor da Europa.

Estes resultados podem estar sugerindo que a estratégia de flexibilização baseada na redução da proteção e maior espaço para a negociação é mais efetiva no sentido de reduzir a taxa de desemprego do que a estratégia de permitir discriminação entre diferentes tipos de trabalhadores no mercado de trabalho.